


Um estudo estratégico independente em defesa do desenvolvimento de políticas públicas para o Ministério do Meio Ambiente, Brasil.



Exportando sem crises: a indústria de madeira tropical brasileira e os mercados internacionais



Autores:

Duncan Macqueen (Ed.)

Maryanne Grieg-Gran

Eirivelthon Lima

James MacGregor

Frank Merry

Victor Prochnik

Neil Scotland

Roberto Smeraldi

Carlos Young

2004

Cópias deste relatório estão disponíveis em:

Earthprint Limited, Orders Department, P.O. Box 119,

Stevenage, Hertfordshire, SG1 4TP, Reino Unido

E-mail: orders@earthprint.co.uk

Website: <http://www.earthprint.com>

Informações: Tel: +44 1438 748111

Fax: +44 1438 748844

E-mail: enquire@earthprint.co.uk

Correspondências podem ser dirigidas a:

Duncan Macqueen, Forestry and Land Use Programme, International Institute for Environment and Development, 4 Hanover Street, Edimburgo, EH2 2EN, Reino Unido

Tel: +44 131 226 6860

Fax: +44 131 624 7050

E-mail: duncan.macqueen@iied.org

Website: <http://www.iied.org>

Citação:

Macqueen, D.J., Grieg-Gran, M., Lima, E., MacGregor, J., Merry, F., Prochnik, V., Scotland, N., Smeraldi, R. e Young, C.E.F. (2004) Exportando sem crises: a indústria de madeira tropical brasileira e os mercados internacionais. Small and Medium Forest Enterprises Series No. 1. International Institute for Environment and Development, Londres, Reino Unido.

Design gráfico: Eileen Higgins, e-mail: eileenh@mac.com

Foto da capa: Duncan Macqueen

Revisão: Francisco Villela

Impressão: Russell Press, Nottingham, Reino Unido
Sovereign Silk 115gsm, 100% sem cloro

ISBN 1 84369 437 9

Contato dos Autores

Maryanne Grieg-Gran
International Institute for Environment and Development (IIED)
3 Endsleigh Street
Londres, WC1H 0DD, Reino Unido
Tel: + 44 207 872 7325
E-mail: maryanne.grieg-gran@iied.org

Eirivelthon Lima
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
Av. Nazaré, 669
Belém, PA, Brasil
CEP 66035-170
Tel: + 55 91 241 4647 / 241 5495 / 241 6700
E-mail: elima@amazon.com.br

James MacGregor
International Institute for Environment and Development (IIED)
3 Endsleigh Street
Londres, WC1H 0DD, Reino Unido
Tel: + 44 207 872 7327
E-mail: james.macgregor@iied.org

Duncan Macqueen (Editor / Primeiro autor)
International Institute for Environment and Development (IIED)
4 Hanover Street
Edimburgo, EH2 2EN, Reino Unido
Tel: + 44 131 226 6860
E-mail: duncan.macqueen@iied.org

Frank Merry
The Woods Hole Research Center (WHRC)
P.O. Box 296
Woods Hole, MA 02543-0296, Estados Unidos
Telefax : (508) 540 9900 / (508) 540 9700
E-mail: fmerry@whrc.org

Victor Prochnik
Instituto de Economia
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Av. Pasteur 250
Rio de Janeiro, Brasil
CEP 22290-240
Tel: + 55 21 387 35248
E-mail: victor@ie.ufrj.br

Roberto Smeraldi
Amigos da Terra – Amazônia Brasileira
Rua Bento de Andrade, 85
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04503-010
E-mail: foeamaz@attglobal.net

Neil Scotland
Rue Cardinal Lavigerie 23 (3rd floor)
Etterbeek
1040
Bruxelas, Bélgica
E-mail: n_scotland@yahoo.com

Carlos Young
Instituto de Economia
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Av. Pasteur, 250
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP 22290-240
Tel: + 55 21 3873 5248
E-mail: young@novell.ie.ufrj.br

Sumário

Resumo executivo	I
Lista de siglas	VII
Agradecimentos	IX
1. Introdução ao contexto brasileiro	1
<i>Duncan Macqueen</i>	
1.1 A base deste estudo	1
1.2 Por que este estudo é relevante?	2
1.3 Por que os recursos florestais brasileiros são nacionalmente e internacionalmente importantes?	3
1.4 A visão do governo quanto aos recursos florestais e a indústria florestal brasileira	7
1.5 Interesses brasileiros com recursos florestais e indústria	11
1.6 Conclusões	14
2. O atual contexto da produção e do comércio madeireiro no Brasil	15
<i>James MacGregor e Maryanne Grieg-Gran</i>	
2.1 Introdução	15
2.2 Contexto global	15
2.3 Produção brasileira	19
2.4 Exportações brasileiras	23
2.5 Consumo	32
2.6 Importações	34
2.7 Conclusões	35
3. Legalidade predatória – o novo contexto da exploração madeireira na Amazônia	37
<i>Roberto Smeraldi</i>	
3.1 O desenvolvimento histórico das exportações de madeira na Amazônia, 1950-2003	37
3.2 Um novo contexto e o alto custo da ilegalidade	41
3.3 A reforma agrária revoluciona o fornecimento de madeira	43
3.4 A extinção das atividades florestais	45
3.5 Um novo quadro de “legalidade predatória”	46
3.6 Os nichos da ilegalidade atual	48
3.7 A campanha contra a certificação independente	49
3.8 Caracterização das atividades legais e desejáveis	51
3.9 Conclusões	51
4. O investimento direto estrangeiro (IDE) e a estrutura industrial do setor florestal brasileiro	53
<i>Carlos Young e Victor Prochnik</i>	
4.1 Introdução	53
4.2 Introdução ao IDE na economia brasileira	53
4.3 O Brasil como um local de destino do IDE	57
4.4 O provável impacto dos investimentos estrangeiros sobre o meio ambiente	58
4.5 A ligação entre o setor florestal brasileiro, a entrada de IDE e a exploração sustentada da floresta	60
4.6 Mudando os padrões da estrutura industrial de acordo com os investimentos diretos estrangeiros	64
4.7 Barreiras ao capital estrangeiro no Brasil	70
4.8 Conclusões	71

5.	O ponto de vista dos produtores brasileiros – aumentando e mantendo as exportações	73
	<i>Eirivelthon Lima e Frank Merry</i>	
5.1	Introdução	73
5.2	Como as perspectivas dos produtores brasileiros foram identificadas	74
5.3	A situação do setor de exportação madeireiro	76
5.4	Barreiras à exportação	78
5.5	Barreiras para a exportação no estágio de processamento da matéria-prima	83
5.6	Barreiras enfrentadas pelo setor de marketing	88
5.7	As barreiras financeiras que dificultam a exportação	92
5.8	Conclusões	95
6.	As percepções dos consumidores sobre as principais barreiras envolvidas no fornecimento de produtos madeireiros do Brasil	99
	<i>James MacGregor e Duncan Macqueen</i>	
6.1	Introdução aos consumidores de produtos de madeira brasileiros	99
6.2	Metodologia	99
6.3	Percepções gerais	101
6.4	Demanda e preocupações sociais e ambientais dos consumidores	102
6.5	A questão da informação	105
6.6	Custos de produção, especificações e entrega	108
6.7	Barreiras tarifárias e não tarifárias	110
6.8	Conclusões – como encorajar o aumento das importações do Brasil	111
7.	O que poderá acontecer no futuro baseado nas lições da Indonésia	113
	<i>Neil Scotland</i>	
7.1	Introdução	113
7.2	Qual tem sido o padrão histórico de investimento direto estrangeiro e desenvolvimento das empresas nacionais que levou a uma expansão do comércio internacional no Sudeste Asiático?	114
7.3	Principais motivos que possibilitaram a expansão histórica da Indonésia no comércio internacional	116
7.4	As principais barreiras para o incremento do comércio internacional e como a Indonésia os superou	121
7.5	Os impactos do aumento do comércio de madeira na Indonésia	122
7.6	As principais semelhanças e diferenças entre o contexto brasileiro e o indonésio	126
7.7	Lições relevantes sobre riscos econômicos, ambientais e sociais associados à expansão do comércio internacional	127
7.8	Conclusões	130
8.	Como expandir a exportação de madeira de forma sustentável	133
	<i>Duncan Macqueen</i>	
8.1	O papel dos principais grupos que influenciam o comércio madeireiro no Brasil	133
8.2	Políticas apropriadas e instituições	142
8.3	Um processo de revisão e aperfeiçoamento contínuo da indústria madeireira	145
	Referências Bibliográficas	148

Resumo executivo

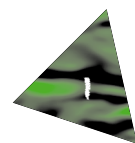
A Floresta Amazônica contém a maior reserva de madeira tropical do mundo. No entanto, a utilização desse recurso tem contribuído de forma modesta na geração de renda para o desenvolvimento do Brasil. Contraditoriamente, os impactos socioambientais gerados pela exploração madeireira têm sido significativos. As exportações têm contribuído para essa degradação socioambiental devido ao abastecimento histórico de operações florestais predatórias.

Negociando um caminho pelo campo minado de interesses múltiplos

Capítulo 1 — No Programa Nacional de Florestas (PNF) o governo brasileiro estabeleceu como meta aumentar sua participação no mercado mundial de madeira de 4% para 10% até 2010. O governo brasileiro espera que essa meta seja atingida com suporte direto do PNF, com a expansão do manejo florestal em 20 milhões de hectares em florestas privadas e 25 milhões de hectares de concessões florestais em florestas públicas. Desta maneira, o governo pretende assegurar que o percentual das exportações se eleve de 5% para 30% até 2010, utilizando como base fontes de madeira de origem sustentada. Este estudo investiga como essas ambições poderiam ser alcançadas.

As diferentes políticas e instituições influenciam diretamente o que acontece nas áreas rurais, onde ainda existem florestas, e, conseqüentemente, no setor florestal. Também existe um gradiente de interesses que começa nas comunidades rurais amazônicas e passa pelos municípios, os estados, a nação até a comunidade internacional. Todos esses grupos até certo ponto têm demandas e direitos sobre o que acontece nas florestas brasileiras. Assim, o tema ambiental está constantemente em moda porque existem muitas tensões entre os interesses locais, nacionais e internacionais das diferentes opções para conciliar desenvolvimento com conservação e preservação dos recursos naturais da região. Em um país com grandes desigualdades sociais e concentração excessiva de renda, tornam-se evidentes as tensões sociais entre os interesses das populações rurais amazônicas (povos indígenas, agricultores familiares e extrativistas) e as aspirações das operações das empresas madeireiras. Conciliar esses múltiplos interesses exigirá uma abordagem proativa para alcançar soluções negociadas no contexto do setor florestal.

Igualmente crítica é a necessidade de que essas soluções negociadas sejam adotadas pelos múltiplos níveis federais e estaduais, governo e organizações não governamentais, que possuem influência sobre a realidade na prática. É prioritário que as deliberações e as estratégias obtidas pela fusão das visões comuns dos diversos segmentos do setor florestal sejam de fato implementadas. O progresso será mais rápido se os diferentes elementos que possuem influência sobre o setor atuarem em harmonia.



Adoção de tecnologia de ponta para se adaptar a concorrência ao mercado

Capítulo 2 — As tendências do mercado internacional de madeira indicam que existe um enorme potencial para o Brasil, e que é possível que o país consiga capturar uma fatia considerável do mercado global destes produtos. A exaustão dos recursos florestais mundiais dá ao Brasil uma natural vantagem competitiva devido à sua gigantesca base de recursos. Não obstante, a expansão em volume e valor do comércio está acontecendo nos setores competitivos de produtos altamente processados em que os sistemas de informação de mercado, design de produto e restrições comerciais (freqüentemente barreiras não tarifárias e outros impedimentos comerciais) desempenham um papel muito importante. O grande salto nas exportações brasileiras, obtido entre 1961 e 2004, coincidiu com políticas que apoiaram principalmente avanços em tecnologias de processamento.

O custo de transporte é um componente importante no comércio global de madeira. O Brasil poderia então focalizar sua estratégia de exportação em mercados da América do Sul, América do Norte e Europa. O ingresso nesses dois últimos mercados irá requerer altos conhecimentos de mercado, padrões de processamento e protocolos ambientais. A criação de um conselho nacional voltado para o comércio internacional, uma política que encoraje investimentos no processamento tecnológico e treinamentos de alto nível no manejo sustentado de florestas e processamento industrial são os três pilares fundamentais para que o governo realize suas aspirações.

Suprimento com sustentabilidade

Capítulo 3 — O contexto do manejo florestal brasileiro mudou dramaticamente durante a última década. Nos anos 90, o padrão dominante era de atividades florestais ilegais praticadas em áreas de florestas privadas (80% de toda a produção). No momento (2004), temos uma nova situação na qual a principal forma de suprimento de madeira ocorre por meio de desmatamentos legalizados em áreas de assentamentos agrícolas (75% de toda a produção). Isto constitui uma preocupante dependência baseada em um modelo não sustentável de fornecimento de matéria-prima, podendo facilmente resultar no desenvolvimento de uma supercapacitação do setor, que, a longo prazo, poderá gerar implicações negativas nas reservas florestais. A redução da ilegalidade formal necessariamente não significa uma melhoria no desempenho social e ambiental da atividade econômica – na realidade o manejo florestal de longo prazo está sendo substituído por um regime de dependência baseado no desmatamento sem qualquer planejamento de longo prazo, confiando fortemente em um mercado de exportação insustentável, mesmo que seja legal.

Os atuais padrões de suprimento de madeira ameaçam as exportações e o manejo sustentável das florestas, e necessitam de atenção imediata. Mecanismos de tributação poderiam ser utilizados para que a madeira de áreas manejadas com sustentabilidade se tornasse competitiva com relação à madeira proveniente de áreas de desmatamento. Uma ligação deve ser estabelecida entre o fornecimento de madeira e o manejo sustentado de florestas. Tentativas de ampliar as exportações e fazer que se tornem cada vez mais sustentáveis não terão sucesso, a menos que venham a ter apoio de políticas ambientais que eliminem a vantagem competitiva da oferta de madeira barata proveniente de áreas de desmatamento.



Uso de investimento estrangeiro, mas sem ser usado por ele

Capítulo 4 — Ao contrário de certas expectativas existentes no Brasil, os investimentos diretos estrangeiros (IDE) no setor florestal têm sido quantitativamente insignificantes (o setor florestal recebeu apenas 2% de todo o investimento estrangeiro feito no Brasil; compare-se com a produção florestal, a qual é responsável por 6,9% do produto interno bruto brasileiro). A origem do IDE também tem sido extremamente variada; em vez de ser dominado pelo capital de empresas madeireiras asiáticas, o setor conta com investimentos europeus, americanos e japoneses. A tendência é que o IDE esteja relacionado com a aquisição no lugar de investimentos novos, com ênfase voltada para grandes empresas e para o mercado de exportação. Existem ligações muito fortes entre o IDE e a estabilidade na posse da terra e investimentos em gerenciamento.

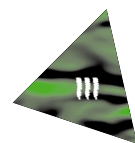
Apesar de algumas exceções em que a extração predatória de madeira, principalmente mogno, foi financiada por investimentos estrangeiros, a maioria do IDE está associada a aumento da preocupação ambiental, melhores práticas administrativas e processamento mais eficiente, e à aquisição da terra. Para encorajar tal investimento positivo, o governo precisará considerar medidas que aumentem os fluxos de crédito para companhias que sofrem os custos adicionais associados ao manejo florestal. A remoção das barreiras para a exportação de madeira na forma de tronco para as empresas certificadas forneceria um incentivo extra. Melhorias na segurança da posse da terra e o fim dos assentamentos agrícolas em áreas de florestas (as quais inundam o mercado com madeira barata) seriam também medidas bastante sensatas. O eventual estabelecimento de concessões de longo prazo em florestas nacionais agilizaria a entrada de investimentos estrangeiros no setor, o que daria apoio aos objetivos do PNF.

Substituindo burocracia por capacidade

Capítulo 5 — Para os produtores e os exportadores de madeira brasileiros, há várias barreiras dificultando a capacidade de exportação ao longo da cadeia produtiva. Na exploração florestal, os obstáculos mais significativos são o custo e o tempo associado à burocracia governamental. A modificação constante das regras do manejo florestal, as dificuldades de acesso aos estoques naturais, o aumento do preço da madeira e a dificuldade em reunir um grande volume sobre um número limitado de espécies também são barreiras adicionais. Esses problemas afetam particularmente os pequenos e médios empreendimentos, os quais constituem a maioria dos produtores brasileiros. Os empresários acreditam que um sistema de monitoramento e controle simples e eficiente das operações florestais no campo facilitaria as exportações.

Na área de processamento, os produtores e exportadores brasileiros sofrem com a baixa rentabilidade, devido a uma combinação de equipamentos antiquados, pessoal pouco qualificado e gerenciamento inadequado. Há necessidade de uma política que encoraje investimentos em tecnologia, treinamento profissional, melhoria do padrão de qualidade e uniformidade dos produtos, afim de que sejam conseguidos melhores preços e condições.

Os produtores e exportadores que tentam entrar no mercado de exportação são impedidos principalmente pela falta de informações específicas relativas ao mercado de madeira. Entre 60% e 90% das exportações de madeira são realizadas por



intermediários. Isso cria uma barreira entre a produção e o processamento e, também, para o desenvolvimento de um mercado de exportação. Há suspeitas de que o oligopólio formado por esses intermediários leva à redução dos preços da madeira e da rentabilidade daqueles que extraem a madeira. Uma legislação poderia ser criada para superar tais imperfeições existentes no mercado, fortalecendo a posição daqueles que desejassem exportar madeira diretamente de áreas de manejo sustentável. Mais importante ainda é a necessidade urgente da criação de um conselho voltado para o comércio de madeira, que ficaria responsável pelo fornecimento de informações específicas do mercado madeireiro, facilitando aos compradores detalhes mais claros sobre os produtos em geral.

As garantias que permitam acesso ao crédito a níveis razoáveis de juros continuam sendo o principal problema para os empreendimentos de pequeno e de médio porte. Melhorias no processo de posse da terra, e outras medidas que visem melhorar a segurança dos estoques florestais contra invasões, fogo, etc., também são necessárias. Linhas de crédito subsidiadas também podem ser outra importante medida a ser tomada.

Cuidados com o cliente, a qualidade e o preço

Capítulo 6 — Da perspectiva dos compradores estrangeiros de madeira serrada, compensado e laminado, a indústria madeireira brasileira ainda não percebeu o seu potencial dentro do mercado mundial. O Brasil tem falhado em produzir material de baixa qualidade em comparação com os seus competidores (especialmente aqueles do Sudeste Asiático). A indústria brasileira tenta competir por meio de preços baixos e da rica variedade de propriedades de suas madeiras tropicais. Entre os compradores existe uma opinião negativa generalizada quanto a relacionamento entre fornecedor e cliente, capacidade de atender com flexibilidade às especificações dos produtos, confiabilidade e atendimento de prazos. Muito desses problemas são decorrência dos poucos investimentos em tecnologia de produção e treinamento de pessoal existentes no Brasil. Cursos, treinamentos e créditos subsidiados para o incremento tecnológico são soluções óbvias.

A principal deficiência que afeta a produtividade brasileira pode ser a falta de informação, tanto para produtores brasileiros que desejem exportar, quanto para importadores estrangeiros que desejem importar de produtores do Brasil. Essa deficiência poderia ser resolvida com a existência de associações de produtores abrangentes e engajadas. O governo e a indústria poderiam dar mais atenção ao setor florestal, incentivando feiras para promoção dos produtos brasileiros nos mercados estrangeiros e a formação de um conselho nacional de produtores brasileiros, especialmente para tentar barrar os subsídios obtidos pelos competidores em seus respectivos governos. Outras questões importantes a serem revistas são: elevação do padrão de qualidade dos produtos e maior atenção ao meio ambiente, fatores essenciais para se tentar reverter a imagem negativa que paira sobre a exploração madeireira na Amazônia.



Do ponto de vista dos importadores, os altos custos decorrentes das transações e da burocracia são somados ao apoio inadequado do governo ao setor (o que resulta em insegurança na posse da terra, incentivos fiscais inadequados em investimentos tecnológicos e a quase inexistência de serviços de extensão florestal). Melhorias no desempenho das exportações de madeira seriam grandemente fortalecidas com políticas de incentivo coerentes e de longo prazo, integrando a produção florestal e a exportação com outros tipos de economias e uso da terra, como a industrial e a agrícola.

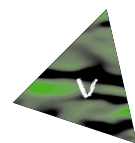
Aprendendo lições de posse e tributação

Capítulo 7 — Um dos maiores competidores do Brasil, a Indonésia, tem rapidamente expandido o seu mercado, mas sob altos custos sociais e ambientais. A comparação com a Indonésia oferece importantes lições ao Brasil. A sobreposição de interesses entre diferentes ministérios causou problemas significativos na Indonésia, e a política florestal brasileira tem que estar totalmente integrada aos programas nacionais de desenvolvimento. A posse da terra tem sido o principal problema do setor florestal indonésio, em que um inadequado sistema de arrendamento e concentração do direito de propriedade sobre terras públicas tem arruinado o modelo. É recomendado que exista cautela quanto à concessão de explorações em terras públicas (Florestas Nacionais) e que essas concessões sejam viabilizadas por meio de processos competitivos e transparentes, monitorados e inspecionados por instituições independentes.

Em certas regiões da Indonésia ocorreram danos consideráveis às comunidades locais, devido ao uso de mecanismos desonestos que não incluíam as comunidades nativas. Para que conflitos sociais sejam evitados, o Brasil deveria prestar atenção especial à correta delegação de poderes, pelo menos em nível municipal.

A análise do modelo indonésio sugere que a tributação pode ser uma ferramenta política fundamental, aumentando a renda do governo e ao mesmo tempo fornecendo incentivos à eficiência e às boas práticas florestais. A tributação tem que estar baseada nos preços internacionais de mercado, a fim de que seja evitada a evasão de renda pela subestimação de preços. Taxas diferenciadas podem ser usadas para promoção de produtos de alto valor agregado. O mecanismo tributário também pode ser utilizado sobre madeiras provenientes de desmatamentos, evitando-se, dessa maneira, o fornecimento de madeira de origem não sustentada.

Na busca do aumento das exportações, o Brasil possui vantagens e desvantagens em comparação com a Indonésia. As vantagens estão associadas à localização geográfica e à composição das espécies na floresta. O Brasil pode conseguir grandes lucros no nicho de mercado de madeira de lei para a fabricação de móveis. Tal estratégia irá requerer grandes conhecimentos sobre o mercado, altos padrões de qualidade e um perfil ambiental condizente com as exigências dos consumidores desse tipo de mercado.



Suprimento de informações

Capítulo 8 — O capítulo final fornece um esboço geral do setor, baseado tanto nas evidências existentes na literatura quanto nos resultados das pesquisas participativas apresentadas nos capítulos anteriores. Conclui-se que existem oportunidades significativas para que o governo brasileiro consiga realizar suas aspirações, tanto em aumentar suas exportações quanto em aumentar suas áreas de manejo sustentado de floresta. Ao mesmo tempo existem algumas barreiras importantes a serem superadas. Existe um consenso considerável sobre nove assuntos que requerem atenção especial:

- ◆ Melhoria das práticas de negócio e relacionamento com os consumidores;
- ◆ Aperfeiçoamento das estratégias de marketing e promoção;
- ◆ Investimento e financiamento em novas tecnologias;
- ◆ Desenvolvimento da capacidade técnica e administrativa;
- ◆ Melhoria da imagem social e ambiental;
- ◆ Simplificação da legislação;
- ◆ Implementação de incentivos capazes de contrabalançar os ganhos a curto prazo;
- ◆ Garantia dos direitos de propriedade (isto é, de posse das terras);
- ◆ Padronização das políticas governamentais entre os diferentes ministérios.

Conclui-se também que, para o alcance das metas do governo, talvez seja necessário a criação de três novas estruturas institucionais, além das atuais existentes, tais como:

- ◆ Formação de um grupo de trabalho interministerial para o setor florestal;
- ◆ Estruturação da área de marketing;
- ◆ Criação de uma agência que financie ou subsidie especificamente o setor florestal.

A conclusão mais importante é que nenhum grupo isolado será capaz de resolver esses assuntos sozinho. Soluções comuns precisarão ser encontradas e implementadas nas diversas instituições do governo, na sociedade civil e no setor privado. Cada grupo tem um papel importante a exercer (das agências de fomento internacionais aos fazendeiros e assentados das áreas florestais). A capitalização desses esforços irá exigir uma atitude proativa e interativa do governo com o setor florestal, em particular com as inúmeras indústrias de pequeno e de médio porte que produzem a grande maioria da madeira brasileira.



Lista de siglas

ABIMCI	Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente, Brasil
AIMEX	Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará, Brasil
ATPF	Autorização de Transporte de Produtos Florestais, Brasil
CDM	Clean Development Mechanism
CEC	The Commission of the European Communities, Bélgica
CIA	Central Intelligence Agency, EUA
CNI	Confederação Nacional da Indústria, Brasil
DECEX	Departamento de Operações de Comércio Exterior, Brasil
EU	European Union
FAO	Food and Agriculture Organisation of the United Nations, Bélgica
FEMA	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Mato Grosso, Brasil
FLONA	Floresta Nacional, Brasil
FSC	Forest Stewardship Council
FUNAI	Fundação Nacional do Índio, Brasil
GAEP	Grupo Assessor para Estudos do Promanejo, Brasil
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
GDP	Gross Domestic Product
GNP	Gross National Product
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, Alemanha
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IIED	International Institute for Environment and Development, Reino Unido
ILO	International Labour Organisation, Suíça
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasil
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Brasil
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Brasil
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados, Brasil
ITERPA	Instituto de Terras do Pará, Brasil
ITR	Imposto Territorial Rural, Brasil
ITTO	International Tropical Timber Organisation, Japão
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasil
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasil
MET	Ministério do Esporte e Turismo, Brasil
MIN	Ministério da Integração Nacional, Brasil
MMA	Ministério do Meio Ambiente, Brasil
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasil
MRE	Ministério das Relações Exteriores, Brasil
ONG	Organização Não-Governamental

PDPI	Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas, Brasil
PEFC	Pan European Forest Certification
PNF	Programa Nacional de Florestas, Brasil
PNQM	Programa Nacional de Qualidade da Madeira
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal, Brasil
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, Brasil
RIL	Reduced Impact Logging
RWE	Round Wood Equivalent
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos, Brasil
SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Pará, Brasil
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior, Brasil
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, Rondônia, Brasil
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development
UNCTC	United Nations Centre on Transnational Corporations
WHRC	Woods Hole Research Center, EUA
WTO	World Trade Organisation

Agradecimentos

Esta publicação é fruto da política de apoio ao Ministério do Meio Ambiente brasileiro (MMA), por intermédio do programa Promanejo 1, patrocinado pelo Departamento de Desenvolvimento do Reino Unido (United Kingdom Department for International Development – DFID), órgão responsável pelo apoio a países em desenvolvimento. As opiniões expressadas neste livro não são necessariamente as do DFID.

O processo de apoio à política do MMA invocou um painel aconselhador para o Promanejo Componente 1 (o Grupo Assessor para Estudos do Promanejo – GAEP), que presta consultoria no desenvolvimento de estudos estratégicos em defesa da formulação de políticas públicas. O International Institute for Environment and Development (IIED) foi convidado para fazer parte do grupo de consultores, em razão, entre outras características, da sua experiência internacional na coordenação deste tipo específico de pesquisa. A política de trabalho do IIED é de parceria, envolvendo instituições do país em foco e uma equipe de colaboradores independentes alocados sob a coordenação do IIED. Este trabalho contou com a colaboração de três instituições brasileiras e uma estadunidense: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Woods Hole Research Center (WHRC), Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O editor e autor principal, Duncan Macqueen (IIED), e os autores e a autora dos capítulos, listados em ordem alfabética, Maryanne Grieg-Gran (IIED), Eirivelthon Lima (IPAM), James MacGregor (IIED), Frank Merry (WHRC), Victor Prochnik (UFRJ), Neil Scotland (Independent), Roberto Smeraldi (Amigos da Terra), e Carlos Young (UFRJ), gostariam de agradecer aos seus colaboradores de pesquisa: Mauro Armelin, João Paulo Braga, Fernanda Santos Cabral, Bruno Folly, Kemel Kalif, Laura Lopes, Ana Carolina Marzullo, Virgílio Moura, Dan Nepstad, Marco Paes, Idacir Peracchi, Roberto Puppo, Luciane Simões, Marisa Simões e Jocilene Souza.

Agradecemos àqueles que ajudaram na revisão das várias versões preliminares dos capítulos ou do livro todo em inglês e português, Maryanne Grieg-Gran, Eirivelthon Lima e James Mayers.

Agradecemos aos tradutores, Frances Sahadeo (do português para o inglês) e Giorgio Venturieri (do inglês para o português), que possibilitaram o acesso a este trabalho a um número maior de pessoas.

Agradecemos aos atuais e anteriores funcionários administrativos do PNF do MMA, que deram apoio a este trabalho de cooperação, Carlos Vicente, Tasso Azevedo, Raimundo Deusdará e Newton Zerbini. Um agradecimento especial é destinado ao coordenador do programa Promanejo – Componente 1, Ricardo Galeno, que com sua assistência tornou possível a realização deste trabalho.

Agradecemos aos colegas dos setores administrativo e financeiro do International Institute for Environment and Development (IIED) que deram suporte ao processo de cooperação entre as instituições parceiras Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – (IPAM), Woods Hole Research Center (WHRC), Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Agradecimento especial é dedicado a Kimberly Clarke, Elaine Morrison e Chi-Chi Tang, que em todos os momentos estiveram sempre prontas a nos ajudar.

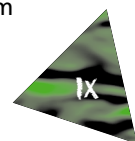
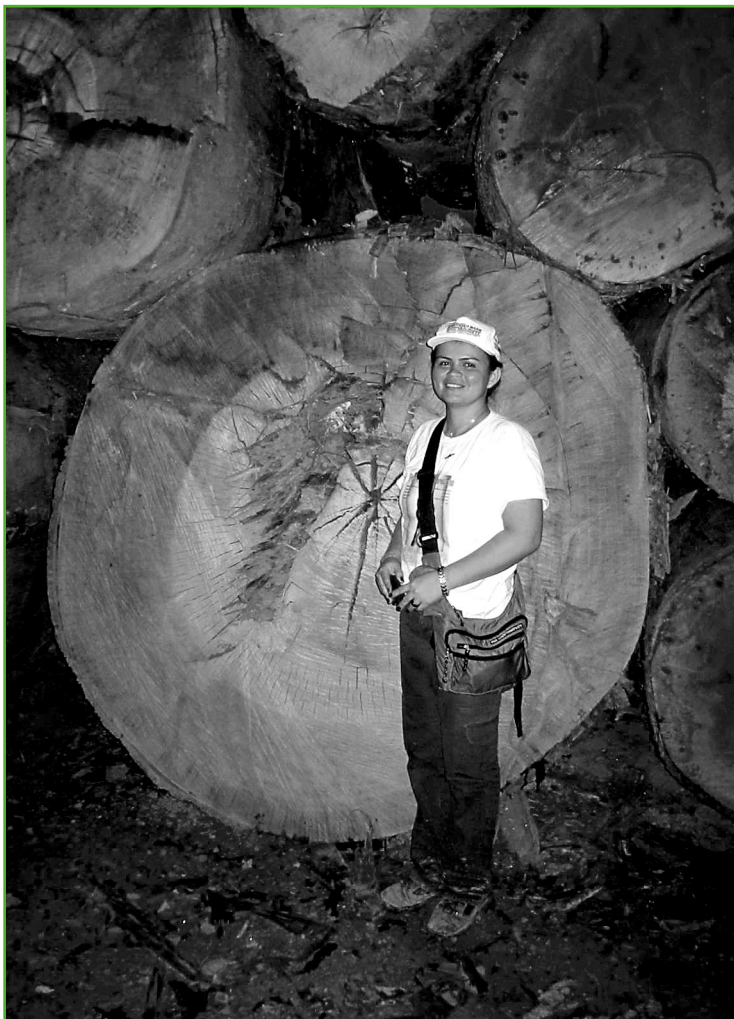


Foto: Duncan Macqueen



O setor florestal brasileiro responde por 7,14% das exportações brasileiras.

